

CÂMARA MUNICIPAL  
VITÓRIA DA CONQUISTA  
PROPOSIÇÃO APROVADA EM  
REDAÇÃO FINAL  
EM 08/05/2020

  
**Luciano Gomes**  
PRESIDENTE

**PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO  
DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE  
LEI Nº 10/2020, DE AUTORIA DO  
VEREADOR GILMAR FERRAZ, QUE  
INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA  
CONQUISTA O EVENTO “NATAL  
CONQUISTA DE LUZ” E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

#### **RELATÓRIO:**

Trata-se do Projeto de Lei 10/2020, de autoria do Vereador Gilmar Ferraz, que Institui no calendário oficial do Município de Vitória da Conquista o evento “Natal Conquista de Luz” e dá outras providências.

O referido Projeto de Lei traz em sua justificativa que o Evento “Conquista de Luz” já vem sendo promovido pela Prefeitura de Vitória da Conquista trazendo muita cultura e lazer para a população durante os festejos natalinos, bem como dando oportunidades a geração de emprego e renda para diversos profissionais, valorizando acima de tudo a cultura do Natal.

#### **EXAME DE ADMISSIBILIDADE**

Inicialmente, observa-se que o projeto está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, devidamente subscrito por seu autor, tudo na conformidade do disposto no art. 149 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória da Conquista – BA e Lei Complementar nº. 95/98.

Nota-se ainda que o autor articulou justificativa escrita, atendendo ao disposto no art. 149 da mesma norma regimental.

Ademais, percebe-se que a distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo qualquer reparo.

Destarte, restam-se cumpridos os requisitos de admissibilidade.

## VOTO

No que tange à sua constitucionalidade e legalidade formais, pode-se dizer que o Projeto de Lei em pauta se mantém coerente e em consonância com os dispositivos constitucionais e legais atinentes à competência legislativa e à iniciativa. Senão, vejamos.

O projeto em análise versa sobre assunto de interesse local e, portanto, enquadra-se nas competências reservadas pela Constituição Federal para os Municípios (art. 30, I, CF/88). Ademais, não havendo regras, tanto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, quanto na Lei Orgânica Municipal, a respeito da competência privativa ou exclusiva da iniciativa de projetos de leis que versem sobre esse assunto, pode-se inferir que cabe a qualquer vereador deflagrar o processo legislativo.

O Projeto é regular, e tem respaldo na norma do art. 15, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, que dispõe ser atribuição da Câmara Municipal legislar acerca de assuntos de interesse local, inclusive de suplementação de legislações federais e estaduais, desde que obedecido o âmbito de sua competência.

Por fim, em relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei não merece qualquer reparo.

## PARECER:

Uma vez demonstrada a coerência e a observância, pelo Projeto de Lei ora em análise, dos dispositivos constitucionais e legais atinentes à competência legislativa e à iniciativa, primando pela boa e concisa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei 10/2020.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 19 de abril de 2020.

### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

**Luís Carlos Dudé**  
Presidente

**Valdemir Dias**  
Relator

**Gilmar Ferraz**  
Membro